



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POLÍTICOS - ESCOLA DE CIÊNCIA
POLÍTICA (ECP)

Kássio Vinicius Fontes de Azevedo

**A máscara inacabada: a projeção internacional do Brasil
sob o continente africano (1960-2010) e os casos de Angola
e Moçambique**

LABORATÓRIO DE ANÁLISE POLÍTICA
MUNDIAL (LABMUNDO - RIO)

Rio de Janeiro

2013

Kássio Vinicius Fontes de Azevedo

**A máscara inacabada: a projeção internacional do
Brasil sob o continente africano (1960-2010) e os
casos de Angola e Moçambique**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso a Escola de
Ciência Política na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UniRio), enquanto requisito parcial à obtenção do grau de bacharel
em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Enara Echart.

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez
Milani.

Rio de Janeiro

2013

Folha de Aprovação

Kássio Vinicius Fontes de Azevedo

A máscara inacabada: a projeção internacional do Brasil sob o continente africano (1960-2010) e os casos de Angola e Moçambique

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso a Escola de Ciência Política na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), enquanto requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciência Política.

Aprovado em _____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

_____ Carlos Roberto Sanchez Milani (IESP - UERJ)

_____ Enara Echart (ECP – UniRio)

_____ Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite (ECJ – UniRio)

Agradecimentos

As palavras não conseguem expressar a totalidade da minha alegria por terminar este trabalho. Mas, vou tentar manifestar textualmente, em poucas palavras, a minha felicidade e gratidão pelo apoio de muitas pessoas.

Primeiro, gostaria de agradecer a Deus, pois sem Ele este trabalho seria apenas uma utopia. Tu não me desamparaste nos meus momentos de tribulação, principalmente agora em 2013 – ano de grandes perdas pessoais. Partindo da premissa que nossas atitudes devem sempre ser acompanhadas de autocrítica, digo que o conhecimento acadêmico amplia nossos horizontes de consciência e de liberdade, mas somente, através da fé e da ação política, conseguimos transformar a realidade que nos cerca. O meu desejo é que a mensagem de amor pregado por Cristo Jesus transforme o meu viver diariamente. Quero ser um exímio discípulo e um cidadão cada vez mais comprometido na difusão da justiça social.

Como diria o cantor Stênio Március, *“Minha vida é obra de tapeçaria, é tecida de cores alegres e vivas que fazem contraste nos meio das cores nubladas e tristes. Se você olha do avesso nem imagina o desfecho... Quando se vê pelo lado certo, muda-se logo a expressão do rosto. Obra de arte pra honra e glória do Tapeceiro”*.

Em segundo lugar, quero agradecer a minha família. Minha querida mãe, minha irmã e meu padrinho que me apoiaram ao longo desse tempo árduo de trabalho acadêmico. Vocês me deram força e me inspiraram a perseverar até o fim! A minha família, juntamente com o fôlego de vida e a sabedoria são os bens mais preciosos que possuo. Eu amo minha família e agradeço a Deus pela vida de cada membro!

Aos professores da Escola de Ciência Política que através de suas aulas me concederam uma cosmovisão das teorias políticas que tentaram explicar as diferentes concepções das relações de poder nas diversas sociedades ao longo do tempo e do espaço. Creio que a frase do primeiro embaixador negro e jornalista brasileiro, Raymundo Souza Dantas, sintetize o lema que vivi na Escola de Ciência Política: *“É preciso aprender, aprender sempre mais, conhecer melhor o seu ofício, a sua tarefa e o seu papel na sociedade”*.

Ao Professor Dr. Carlos R. S. Milani, meu orientador, por sua paciência, pelo prazer de ensinar que me inspirou a fazer este trabalho, por ter investido tempo em mim. Uma das consequências desse período de orientação acadêmica foi o Prêmio Ensino de Graduação Regina Maria Lugarinho da Fonseca (2012) que recebi ao apresentar minhas atividades de monitoria dentro da UNIRIO. Suas contribuições teórico-metodológicas e nossos divãs acadêmicos foram de suma importância para mim! Sou grato a Deus por sua vida! Foi um privilégio e um prazer ter sido orientado por você.

Agradeço a professora Enara Echart que me auxiliou nas burocracias de última hora da UNIRIO. Tive o privilégio de ser o monitor dela durante um semestre.

Ao professor da disciplina Orientação Monográfica II, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite, que me recebeu no ato da inscrição da matrícula da faculdade, conversou comigo sobre o curso de Ciência Política (2009) e que foi paciente, no que diz respeito à entrega deste trabalho. Seu

zelo para com os outros é admirável. Você faz a diferença nesta “sociedade de corte” chamada UNIRIO, em especial, na “Ilha tripartite do CCJP”.

Aos meus amigos de graduação, a saber: Alessandra Hespanhol, Fernanda Badolati, Lidiane Vieira, Jéssica de Oliveira, Kamila Costa, Yhuri Cruz (são amigos do Almoço de Quinta), Marianna Albuquerque e Pedro Parente (companheiro de Diretório Acadêmico). Foi um prazer tê-los conhecido! Saibam que as lágrimas de alegria, de gratidão e de saudade descem pelo meu rosto. Independente do tempo e da distância, vocês estão marcados no meu coração e na minha memória. Nossos “almoços de quinta-feira” foram fundamentais para fortalecer nossa amizade e para concluirmos este bacharelado.

A máscara inacabada do Brasil: a projeção internacional sob o continente africano (1960-2010) e os casos de Angola e Moçambique

Kássio Vinicius Fontes de Azevedo¹

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar uma breve análise histórica da política externa africanista brasileira em Angola e em Moçambique visando o desenvolvimento no período de 1960 a 2010. Por outro lado, o artigo examina a conjuntura da política doméstica e da política Internacional que expliquem a projeção internacional do Brasil através da construção do “*Império Brasileiro de Língua Portuguesa*”, na África.

Palavras - chave: Política Externa Brasileira; Cooperação para o desenvolvimento; Brasil; Angola; Moçambique; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

“Hoje, a África é para o Brasil uma prioridade indiscutível. Desde o início de meu governo, visitei 17 países africanos e recebi 15 líderes da região. Tomei a iniciativa de abrir ou reativar doze embaixadas brasileiras em capitais desse continente... Nosso objetivo principal hoje é fixar os alicerces de um novo paradigma de cooperação sul-sul... Vamos trabalhar lado a lado para superar os graves problemas sociais e econômicos que entravam o desenvolvimento das nações africanas e sul-americanas. Nós, os líderes da África e da América do Sul, temos uma missão inadiável: levar a esperança às populações excluídas dos dois lados desse rio chamado Atlântico”.

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Abertura da Cúpula África-América do Sul (2006) em Abuja, Nigéria.

1 - Introdução

Na última década, o governo brasileiro resgatou o discurso de ajuda para o desenvolvimento aos países do Sul para se projetar no cenário internacional. Neste contexto, a Era Lula da Silva ampliou e diversificou nossos contatos comerciais pelo mundo, principalmente, sob a égide do discurso carismático do combate à fome. Ao tratar do assunto, Lula da Silva apresentou uma radiografia do contexto social, político e econômico do Brasil e também da África Lusófona e Subsaariana. Saraiva afirma que o mundo sempre esteve atento à África como sempre estiveram as grandes potências e as ex-metrópoles. O peso da África na Guerra Fria não se circunscreveu a ser margem do sistema internacional. O mundo está acompanhando a reinserção africana na política internacional. Relatórios e cenários vêm sendo lançados com profecias otimistas acerca das escolhas políticas e do novo perfil de desenvolvimento social que a África requer. Essa tendência vem das avaliações produzidas

¹ Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), graduação em andamento em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador-júnior do Laboratório de Análise Política Mundial – ANTENA Rio de Janeiro (LABMUNDO-RIO). Contato: kassio.vfa@hotmail.com

pelos Royal African Society, no Reino Unido, nos anos 1960, e mesmo mais recentemente. (SARAIVA, 2011:62).

A partir de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer as independências de Angola e de Moçambique. Sendo assim, este ato político do Brasil proporcionou uma abertura de mercado e o início de um processo de cooperação para o desenvolvimento econômico, técnico e educacional para esses países. Também visava a recuperar uma imagem marcada pela solidariedade com Portugal e pouco enfática, mormente durante os primeiros dez anos da ditadura militar brasileira, e não de apoio aos movimentos de autonomia no continente africano. Angola e Moçambique viveram uns longos períodos de instabilidade política e, em alguns casos, de guerra civil, afastando os investimentos do governo brasileiro nesses países. Soma-se a isso a crise econômica decorrente dos choques do petróleo na década de 1970, a crise da dívida externa na América Latina e os programas de ajuste econômico que conduziram o Brasil a duas décadas de crise econômica e de restrições da política externa brasileira à abertura aos mecanismos de cooperação política e econômica.

Com a abertura política do Brasil e com a primeira cimeira, em 1989, dos países de língua oficial portuguesa, uma nova etapa do relacionamento do Brasil com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) foi inaugurada. Andrew Hurrell destacou que no PÓS-GUERRA FRIA a solidariedade internacional tem sido maior, devido à ressignificação da visão pluralista da sociedade internacional. De modo geral, essa reorientação põe em xeque as antigas normas de soberania e não intervenção; interage de maneira problemática com os processos de liberalização política e econômica e – mais importante – contesta os limites e o caráter dessa liberalização. Além disso, desafia modos tradicionais de condução de política externa, privilegiando novas formas de poder brando (soft Power) e repensando novas formas de diplomacia. (HURRELL, 2009:14).

A ideia de máscara resgata os costumes pré-modernos das sociedades africanas da chamada “África Negra”. Espíritos eram materializados em máscaras e se manifestavam sua vitalidade através daqueles que a utilizassem. Elas servem para esconder ou descortinar os propósitos. Ao usar a ideia de máscara inacabada, pretendo dizer que as instituições brasileiras, sejam elas do governo ou privadas que atuam em Angola e em Moçambique se utilizam do discurso político para mostrar a vitalidade da cooperação para o desenvolvimento. Porém, utiliza-se de uma máscara em processo de construção para ocultar o projeto político de “novo Império brasileiro de língua portuguesa”, utilizando um soft Power para exercer a dominação.

A plasticidade do discurso da Política Externa Brasileira sobre cooperação para o desenvolvimento em Angola e em Moçambique constrói um ethos transformador e libertador das desigualdades sociais locais que na prática não é virtuoso e não é sincero. A cooperação brasileira tem construído uma máscara² exploratória das riquezas nacionais. Acordos político-econômicos que possuem financiamentos do BNDES e que não tem necessariamente um compromisso com a sustentabilidade ambiental e relevante eficácia da transformação social daquelas nações. Vide, o Projeto Prosavana em Moçambique e da PETROBRÁS, em Angola.

O objetivo desse artigo é sistematizar a construção histórica da Política Externa Brasileira africanista no “*Novo Império Brasileiro de Língua Portuguesa*”, buscando elementos da política doméstica que expliquem a atuação do país no campo da cooperação sul-sul com Angola e Moçambique. O exercício da cooperação com os dois Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ampliam os interesses estratégicos e econômicos do Brasil para

África. Esta participação brasileira simultaneamente promove ora a atenuação, ora o acirramento de conflitos sociais locais. Metodologicamente o artigo se organiza em sete partes. Primeiro, introdução; segundo, A África na agenda do Brasil a partir da década de 1960 e Conjuntura doméstica interferindo na política externa; terceiro, Plasticidade das relações Brasil – Províncias Africanas de Língua Oficial Portuguesa; quarto, O ocaso da democracia no Brasil (Ditadura Militar) e nacionalismos no mundo afro-lusófono – os casos de Moçambique e Angola; quinto, O renascimento da Democracia no Brasil e a institucionalização do *Império Brasileiro de Língua Portuguesa* – A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP); sexto, A Era Lula da Silva e a projeção pragmática do Brasil em África e por fim, as considerações finais.

2 - A África na agenda do Brasil a partir da década de 1960 e Conjuntura doméstica interferindo na política externa

Somente a partir da Política Externa Independente (1961-64), as relações do governo brasileiro com o continente africano foram reativadas. Do período da Independência brasileira (1822) ao período da Abolição da escravatura (1888), as relações com o continente davam-se pelo comércio transatlântico de escravos. A imagem de um país civilizado, com um governo monárquico estável contrastava com a realidade da escravidão. Esse fato social era considerado como elemento de atraso da sociedade, segundo José Bonifácio (década de 1820) e Joaquim Nabuco (décadas de 1870-80). A partir de 1888, a África esteve ausente das prioridades da agenda de política externa brasileira.

O Brasil passou por alguns constrangimentos no plano das relações internacionais por perpetuar, ao longo do século XIX, a escravidão. O medo de uma revolução de escravos era um medo constante que rondava a sociedade brasileira. O exemplo da revolução de escravos no Haiti povoava o imaginário dos proprietários de escravos. Ao longo do Reinado de Pedro II, a questão da escravidão era visto como uma mácula do ponto de vista da imagem que o Brasil queria reproduzir no exterior. Com a Abolição, grupos de escravos que vieram para o Brasil e os nascidos aqui foram habitar na costa atlântica da África, vide Gana, Nigéria, Angola entre outros. A presença brasileira pós 1888 se destacou na criação de novos hábitos, de novos costumes e de uma nova arquitetura das cidades como, por exemplo, Lagos (Nigéria) cuja arquitetura lembra o Rio de Janeiro do século XIX.

Esses descendentes de brasileiros nos anos 1950 e 1960 constituíram a geração daqueles que proclamaram a independência de muitas nações africanas. Enquanto isso, o governo brasileiro assinou o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953. Todavia, a assinatura deste tratado pelo Brasil representa a ambiguidade e a plasticidade³ das relações externas do Brasil com as colônias portuguesas na África. Mesmo no após esse tratado, vemos um paradoxo nos discursos e ações do governo brasileiro, se por um lado defendiam a autodeterminação dos povos, busca de solução para combater o subdesenvolvimento, por outro, quando o assunto era as províncias portuguesas ultramarinas na África, o Brasil se abstinha em defender o direito daqueles povos que tinham em comum a língua portuguesa.

³ Este termo é utilizado por Gilberto Freyre para falar de aspectos culturais e sociais das sociedades que os portugueses criaram. Utilizarei o termo dando uma significação para as transformações da relação do Brasil com países africanos.

No discurso de posse do Presidente Jânio Quadros (1960), o mesmo enfatizou que a prosperidade e estabilidade política e econômica da África eram fundamentais para a segurança e o desenvolvimento do Brasil. O que significou isso, na perspectiva da política externa independente? Significou que nesse processo de reaproximação, o Brasil *reconhecia* seu débito histórico com o continente africano, *admitia* semelhanças culturais e sociais e que tinham o objetivo comum de superar o subdesenvolvimento econômico. No que tange ao aspecto da segurança e desenvolvimento do Brasil seria no sentido de considerar que a presença brasileira na costa atlântica da África seria uma oportunidade do Brasil preencher o vazio deixado pelas potências coloniais. O apoio à descolonização africana objetivava a legítima aspiração pelo desenvolvimento e emancipação econômica dos países colonizados e subdesenvolvidos, dentre os quais o Brasil e os países africanos se incluíam.

O Estado Brasileiro no início da década de 1960 foi marcado, do ponto de vista dos assuntos internos do país, por um momento de grande euforia e turbulência política. A euforia pode ser explicada pelos seguintes fatores:

Em primeiro lugar, a inauguração de uma capital político-administrativa no centro do país era um projeto político bicentenário idealizado por Jose Bonifácio de Andrada e Silva, projetado por Oscar Niemayer e Lúcio Costa. Brasília, que foi inaugurada em 1960, no final do mandato de Juscelino Kubitschek, era a representação da modernidade do país, da racionalização e do melhor planejamento da administração pública e do afastamento da política das tensões político- sociais clarividentes na antiga capital federal – Rio de Janeiro. A Cidade cujo desenho territorial foi planejado por Oscar Niemayer tem seus espaços organizados em setores funcionais e devido ao grande espaçamento entre os órgãos governamentais permite a rápida dissuasão dos movimentos contestatórios ao governo, algo que no Rio de Janeiro era difícil de fazer.

Em segundo lugar, havia uma efervescência cultural e acadêmica aos assuntos relacionados ao continente africano, vide a criação do museu do Folclore no Rio de Janeiro a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (1965), Instituto Brasileiro de Estudos afro-asiáticos e o envio do Navio-Escola Custódio de Mello à África.

Com a expansão do socialismo no continente africano, havia certa dificuldade de aproximação com os países africanos devido às pressões da mídia brasileira, da União Democrática Nacional (UDN), que era o maior partido da coligação que elegeu Quadros, e das Forças Armadas que se opuseram a política africana de Quadros e Goulart, pois temiam que a política africana, associada abertura para o Leste europeu, representasse um alinhamento aos regimes comunistas. Ao mesmo tempo, tinha o apoio de setores de centro-esquerda que defendiam uma política social mais justa para o país e uma política externa anti-imperialista e anticolonialista. Um marco para a política africanista do Brasil foi à criação da divisão da África dentro do Itamaraty durante a PEI. Esta divisão deu amparo legal as novas embaixadas e representações consulares que estavam sendo criadas: Embaixadas de Gana, do Senegal, do Níger, da República do Daomei.

Em Terceiro lugar, no campo da política, a eleição de Jânio Quadros (UDN) para a presidência da República e de João Goulart (PTB) para vice, vinculados a correntes políticas diferentes, estabeleceu uma breve coalização partidária para governar o Brasil e mudanças na formulação da política externa.

Em quarto lugar, no campo da economia, o país vivia sob elevada inflação. O Presidente Jânio Quadros em seu discurso veiculado pela “Voz do Brasil” disse:

“É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos 5 anos, o meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. Faltam-me as cifras da aluvião de papel-moeda relativa ao primeiro mês deste ano. Não me causaria estranheza que a tabela complementar denunciasse fluxo ainda mais incontinenti. Desenhadas em centenas de milhares, ao estrangeiro devemos 3 bilhões e 802 milhões de dólares, o que marca, só a este título e naquele período, a elevação de 1 bilhão e 435 milhões de dólares sobre o passivo anterior.

E a situação é tanto mais séria quando se sabe que somente durante o meu govêrno deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cêrca de 2 bilhões de dólares. E, só no corrente exercício, de 600 milhões de dólares. Importa assinalar que, além de compromissos pontuais, existem operações efetuadas pela Carteira de Câmbio a título de antecipação da Receita, num montante que sobe a 90 milhões de dólares. Tanto vale dizer que essa vultosa importância deverá ser deduzida da magra receita das nossas exportações em 1961.

Os déficits orçamentários, nos últimos dez anos, apavoram. Subiram êles, de 1951 a 1955, a 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, alçaram-se, de 1956 a 1960, a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, O déficit em potencial, para o exercício de 1961 - o primeiro do meu govêrno—é de 108 bilhões de cruzeiros, que assim se decompõem: orçamento, 302 bilhões e 300 milhões de cruzeiros; créditos transferidos, 3 bilhões de cruzeiros; créditos a serem abertos, 30 bilhões de cruzeiros; liquidação de resíduos passivos, 15 bilhões de cruzeiros; outras despesas —Brasília — 10 bilhões de cruzeiros. Mesmo considerando que a receita do exercício, orçada em 246 bilhões e meio, pode atingir cêrca de 262 bilhões, isto é, 19% acima da arrecadada em 1960, a nossa estimativa de déficit está plenamente justificada “⁴. (Quadros, 1961)

O Rio de Janeiro deixou de ser a capital político-administrativa do Brasil com a inauguração de Brasília em 1960, pelo governo Juscelino Kubitschek. A antiga capital federal desempenhou esta função por quase dois séculos, todavia, do ponto de vista da segurança das instituições políticas, a capital fluminense, nos anos que antecedeu a transferência, era tido como um lugar de fortes efusões dos movimentos políticos e sociais que para os segmentos conservadores, como a UDN e setores das Forças Armadas era visto como algo negativo. O Rio de Janeiro sediava escritórios de movimentos revolucionários e nacionalistas africanos como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A inauguração de Brasília, do

⁴ DISCURSO DO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS VEICULADO PELA “VOZ DO BRASIL”. Palácio da Alvorada, 31 de janeiro de 1961.

ponto de vista dos movimentos sociais, podia ser visto como um local de dispersão e facilidade de dissuasão das massas populares.

Em 1961, Jânio Quadros foi eleito para o cargo de presidente da República Federativa do Brasil. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, remetida na abertura da Sessão Legislativa de 1961, em 15 de março do referido ano, o presidente apresentou as diretrizes de sua política externa com relação às Nações Unidas, os Países Socialistas, a Europa, o continente e ao Mundo Afro-Asiático. Com relação a este último, o presidente declarou que tínhamos alguns objetos comuns, vide a luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população.

Do ponto de vista conceitual, a política externa independente (pode ser identificada como neutralista) inaugurada por Jânio Quadros foi uma tentativa do governo brasileiro de ampliar autonomamente seu comércio exterior sem preconceitos ideológicos da Guerra Fria, formulação autônoma de programas para o desenvolvimento econômico-social e a autodeterminação dos povos.

Clodoaldo Bueno e Amado Cervo afirmaram que a Política Externa Independente tinha um caráter pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceito ideológico. Essa política inaugurada por Jânio Quadros tinha alguns objetivos: procurava ampliar as relações multilaterais do Brasil com objetivos comerciais, lutava pelo desenvolvimento econômico e apoiava os princípios de autodeterminação dos povos e da não intervenção (CF. BUENO & CERVO). O Brasil deveria ser a ponte entre a África e o Ocidente, devido a semelhanças sociais e culturais.

Quadros inaugura uma política externa africanista indicando o primeiro brasileiro negro, Raymundo Souza Dantas, para o cargo de embaixador na recém-criada embaixada de Gana. Jânio queria apresentar o Brasil como um modelo de sociedade multirracial “harmoniosa e integrada”, e esse discurso foi fundamental para a reaproximação com o continente africano, agora em fase de Independência.

No seu discurso ao Congresso Nacional, vossa excelência disse: *“Uma África próspera, estável, é a condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil”*. Na perspectiva da política externa independente: significou que nesse processo de reaproximação, o Brasil reconhecia seu débito histórico com o continente africano, reconhecia semelhanças culturais e sociais e que tinham o objetivo comum de superar o subdesenvolvimento econômico. No que tange ao aspecto da segurança e desenvolvimento do Brasil seria no sentido de considerar que a presença brasileira na costa atlântica da África seria uma oportunidade do Brasil preencher o vazio deixado pelas potências coloniais. Neste caso, a relação Brasil-Gana era estratégica devido a alguns motivos:

Em primeiro lugar, era o país visto como motor do nacionalismo africano e da busca pela realização de um projeto de desenvolvimento rápido e autônomo (programa de industrialização intensivo e modernização da agricultura). Esta sintonia de agendas era vista pelo Governo brasileiro como uma oportunidade de estabelecer acordos de cooperação econômica e cultural com os países africanos a partir de Gana. O Vice-presidente João Goulart e o presidente Kwane Nkrumah se conheceram em Pequim e havia uma preocupação

por parte Nhrumah de uma possível mudança da política externa brasileira com relação à África após a renúncia de Quadros.

O Relatório da Embaixada brasileira em Gana⁵ diz que havia muitas possibilidades da entrada política e comercial do Brasil na África, mas isso era considerado muito supérfluo por uma única razão: o Governo brasileiro não sabia o que desejava da África. Faltava-nos uma definição política e uma definição de nossos objetivos.

Em segundo lugar, estabelecimento de uma diplomacia cultural⁶, visto que existiam comunidades de descendentes de ex-escravos brasileiros que compunham a elite econômica e política daquele país e adjacências. O relatório citado anteriormente dizia que o “*Brasil era conhecido na África Ocidental como terra de lenda para onde foram e de onde vieram antepassados. De qualquer forma, à parte Cuba, somos o único país a respeito do qual os africanos conhecem o mínimo absoluto*”⁷. Afonso Arinos, Ministro das Relações Exteriores e autor da lei contra discriminação racial, foi o primeiro chanceler/ representante do alto escalão da Administração Pública brasileira a viajar oficialmente para o continente africano com a finalidade de resgatar os contatos brasileiros com o continente africano.



Foto presente no livro *África Difícil (Missão Condenada: Diário)* cuja autoria é do embaixador Raymundo Souza Dantas.

Em terceiro lugar, competitividade dos produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional, como no caso do cacau e do café. Durante os anos 1950, no plano das relações comerciais, os produtos primários brasileiros perderam competitividade frente à produção africana que possuía subsídios americanos em alguns países recém-independentes, como por

⁵ Relatório confidencial cujo título é: “subsídios para a Comissão de Planejamento Político (circular nº4129 de sete de Novembro de 1961)”. Este relatório foi desclassificado em 2004.

⁶ Diplomacia cultural - a valorização da diplomacia como norteadora de um processo, o que passaria por uma aproximação cultural cujo objetivo último seria indicar os caminhos para o Brasil e do continente africano no cenário internacional. Tais caminhos teriam como premissa pensar o Brasil e algum país africano, a partir de uma moral e uma cultura própria.

⁷ Relatório confidencial da Embaixada Brasileira em Gana cujo título é: “subsídios para a Comissão de Planejamento Político (circular nº4129 de sete de Novembro de 1961)”. Este relatório foi desclassificado em 2004.

exemplo, Gana. Apesar dos subsídios, a entrada de capitais monopolísticos americanos e do Mercado Comum Europeu constituíam uma ameaça aos países em desenvolvimento, pois desestimulavam a criação de indústrias nacionais nos países libertados da dominação política das antigas potências europeias. William Gonçalves destacou que:

“Vale acrescentar ainda que a recusa do governo português em se associar aos interesses da cafeeicultura brasileira levou esse setor da economia do país a alterar sua percepção do sistema internacional e a desempenhar papel decisivo na formulação da nova política externa praticada pelo governo que sucedeu o de Kubitschek. De acordo com o enunciado dessa nova orientação política internacional praticada pelo governo de Jânio Quadros, denominada Política Externa Independente, a diplomacia brasileira devia emprestar seu apoio ao processo de descolonização que se iniciava na África. Tal apoio exprimiria o autêntico interesse nacional brasileiro, uma vez que as colônias africanas ao ascenderem ao estatuto de países independentes deveriam aliar-se ao Brasil para, juntos, melhor negociarem seus produtos tropicais, entre eles o café, no mercado internacional. Embora o café viesse perdendo importância no conjunto da economia brasileira, e a sua representação política houvesse sido deslocada para um plano secundário, o fato é que o governo não podia ignorar as aflições desse setor produtivo, uma vez que ainda dependia bastante das divisas geradas pelo café para realizar as importações necessárias à implementação da política industrial”. (GONÇALVES, 2010: 110 e 115).

Havia um desequilíbrio da balança de poder. Os agricultores brasileiros criticavam àquela disparidade na economia política internacional, a tal ponto influenciarem na nova formulação da política externa brasileira, a saber, Política Externa Independente. Nesta nova fase da política externa, o Brasil apoiava a autodeterminação dos povos e o aprofundamento da cooperação técnica para o desenvolvimento com a finalidade de universalizar as relações econômicas do país. William Gonçalves afirmou que tal apoio exprimiria o autêntico interesse nacional brasileiro, uma vez que as colônias africanas ao ascenderem ao estatuto de países independentes deveriam aliar-se ao Brasil para, juntos, melhor negociarem seus produtos tropicais, entre eles o café, no mercado internacional (GONÇALVES, 2008: 110).

O efeito da pressão diplomática brasileira foi a instalação de Consulados de carreira em Luanda pelo decreto nº 50.245, de 28/01/1961 e Lourenço Marques (Maputo) pelo decreto nº 50.247, de 28/01/1961 e a criação do setor administrativo África dentro do Ministério das Relações Exteriores. Na I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, o Brasil defendia a criação de uma organização internacional que libertasse o comércio mundial de restrições, que prevenisse a queda constante dos preços dos produtos dos países em desenvolvimento e a elevação do preço dos produtos nos países desenvolvidos.

Em quarto lugar, do ponto de vista da segurança do Atlântico Sul, o Brasil tem um centro importante de informação (Embaixadas e consulados brasileiros em Gana, em Angola e em Moçambique) resguardando as rotas marítimas no Nordeste brasileiro e na costa ocidental africana. O país se colocaria como um importante ator nas relações Norte-Sul entre as Democracias Ocidentais e as novas nações independentes.

No caso das colônias lusitanas na África, o Brasil exercia um papel ambíguo. Baseado no Tratado de Amizade e Consulta (1953) entre Portugal e o Brasil, este último adotava oficialmente a neutralidade com relação à atuação de Portugal e suas províncias ultramarinas na África. Muito embora, Afonso Arinos, ex-ministro das relações exteriores de Quadros,

criticasse o colonialismo e defendesse a autodeterminação dos povos, principalmente da África Portuguesa. Arinos em seu discurso na 16ª Assembleia Geral das Nações Unidas disse:

Os laços especialíssimos, que existem e continuarão sempre a existir, entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses portugueses e angolanos, e com a preservação de elementos culturais e humanos que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida, e se situam na fonte de sua formação histórica. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história, e, com sua larga experiência e sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de ideias e sentimentos, e não em cadinhos de ódio e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento de liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto é o Brasil. (ARINOS, 2001: 274).

Esse posicionamento paradoxal do governo brasileiro causou atritos com Portugal, conquanto que no campo do discurso o Brasil defendeu esta autonomia desses povos, mas na votação para a intervenção da ONU em territórios lusitanos na África, o Brasil se absteve. Jânio Quadros foi eleito pela UDN em 1961, todavia, suas ações paradoxais não expressavam o pensamento de seu partido. Uma dessas ações paradoxais pode ser evidenciada no campo da política externa quando Quadros condecorou o revolucionário argentino Che Guevara. Esta atitude ressuou de forma negativa entre os setores militares, na UDN e na relação com EUA.

As Forças Armadas procuram impedir a posse do vice-presidente João Goulart que na ocasião estava realizando uma visita diplomática à China comunista. A alegação do impedimento seria a ameaça da implantação do comunismo no Brasil pelo Vice-presidente e pelos movimentos sociais, como a Liga Camponesa. Goulart não era bem visto pelo empresariado brasileiro. Por que, na época em que era ministro do trabalho, durante o segundo mandato de Vargas, concedeu um aumento de 100% ao salário mínimo dos trabalhadores, desagradando os empregadores. Nas relações Brasil-países africanos, a saída de Quadros gerou inquietação nos países que recém inauguraram as embaixadas brasileiras. Pensava-se em um retrocesso na política africanista do Brasil. Todavia, com a posse de Goulart vemos um aprofundamento, embora tímido, da aproximação do Brasil com os países recém-libertados da África.

3- Plasticidades das relações Brasil – Províncias Africanas de Língua Oficial Portuguesa

Ao usar o termo plasticidade na política externa, resgato a categoria apresentada por Gilberto Freyre, teórico da identidade nacional brasileira e do luso-tropicalismo português. Segundo o dicionário Aurélio o plástico é um material que pode ser facilmente modelado. Ele pode adquirir as propriedades de qualquer forma, devido ao efeito de alguma ação (seja calor e/ou pressão). A política africanista do Brasil no período estudado vai se tornando plástica por que estava sob pressão e/ou persuasão internacional. Ela se adaptou pragmaticamente a realidade discursiva dos países lusófonos daquele continente.

A década de 1960, para os atuais Países Africanos de Língua Portuguesa, foi essencialmente de formação e recrudescimento dos movimentos de libertação nacional. No pós-Segunda Guerra Mundial, tais possessões portuguesas em África deixaram de serem colônias e

passaram a serem consideradas províncias ultramarinas de Portugal. Naquela conjuntura, os movimentos de autodeterminação dos povos/ de libertação nacional se afirmam e conseqüentemente não era aceitável a manutenção de colônias pelas antigas potências europeias. Portugal estava sobre o regime totalitário/ ditatorial do Presidente Antônio Salazar.

Regime ditatorial e manutenção de colônias constituíam as incongruências e desprestígio do governo português no plano das relações internacionais. Todavia, Portugal por ter cedido sua base naval no arquipélago dos açores aos EUA, os países da OTAN tolerava este status quo português. Além disso, desde 1953 a diplomacia portuguesa travava com o Governo Brasil um Tratado de Consulta e Amizade que em tese impedia o Brasil de apoiar os movimentos de libertação na África Portuguesa. De fato, o Brasil defendia a autodeterminação dos povos, mas se comportava maleavelmente no que dizia respeito a Angola e Moçambique.

Na década de 1960, o Brasil não oficialmente mantinha contato com os líderes dos movimentos de libertação na África Portuguesa. Nos arquivos da embaixada brasileira em Gana consta um relatório feito pela embaixada com uma breve biografia de cada líder de libertação nacional no continente africano e seu posicionamento político. Em 1960, surge no Rio de Janeiro e em São Paulo o Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). Segundo José Francisco dos Santos, o grupo era formado por intelectuais brasileiros, como Sergio Buarque de Holanda, Antônio Candido, políticos, Políticos: Leonel Brizola, Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Miguel Arraes, profissionais liberais e exiliados políticos de Angola. Essa organização dialogava diretamente com a Casa dos Estudantes do Império Português em Lisboa. Era um movimento que apesar das diferentes partidárias brasileiras era composta por pessoas de diferentes classes sociais e que repudiavam a opressão portuguesa nas colônias africanas. O movimento estreitou os laços com Cuba e a URSS e no período da Ditadura Militar, os membros do MABLA passaram a serem perseguidos no Brasil. Soma-se a isto, o fechamento da Casa dos Estudantes do Império em 1964.

Este movimento cuja inspiração política de esquerda durou até a independência em 1975. Todavia, a partir de 1964 com a implantação de um regime militar de direita no Brasil, o movimento entrou na clandestinidade. Seus adeptos foram perseguidos e presos. Portugal estava imerso no realismo político do ponto de vista da teoria das relações internacionais. O Brasil poderia ser uma ameaça a soberania portuguesa na África, principalmente no que diz respeito à Angola. Baseado no conceito realista das relações internacionais de autoajuda, a nação portuguesa fortaleceu seu aparato militar para eliminar os revolucionários/terroristas através da PIDE, pois disso dependia a sobrevivência do Estado português.

Essencialmente, a partir de 1960 inaugura-se a guerra de guerrilha em Angola e Moçambique contra o “inimigo português” e entre as facções, muito embora, é na década de 1950 que se começa a articulação pela liberdade. Dialogando Política Externa e sociedade brasileira no início da década de 1960, a temática racial e o interesse pelo conhecimento sobre a África despertaram o interesse pelo mundo africano de língua portuguesa. O reflexo desse despertar foi visto nas defesas feitas pelo Brasil em fóruns multilaterais da ONU em prol da autodeterminação dos povos. Todavia, por causa do Tratado entre Brasil-Portugal, o governo se absteve em aprovar sanções contra Portugal. Soma-se a isto, a abertura restrita comercial portuguesa para a entrada de capitais estrangeiros (como o brasileiro e do Mercado Comum Europeu) através do Programa de Desenvolvimento Nacional Português (1959-1964).

4 - O ocaso da democracia no Brasil (Ditadura Militar) e nacionalismos no mundo afro-lusófono – os casos de Moçambique e Angola

Nos primeiros nove anos após a deposição de Goulart, a política externa africanista do Brasil se estagnou. A política externa independente da era Quadros/Goulart havia chegado ao fim, muito embora seus efeitos de abertura e universalismo das relações exteriores não tenha se perdido como um todo no novo regime político. Embora em estágio diferente de nacionalismo, os governos do Brasil, de Angola colonial e de Moçambique colonial dialogavam informalmente visto que buscavam desenvolver suas forças econômicas, embora o Executivo brasileiro, dos dois primeiros governos militares, não tenha declarado formalmente apoio as Independências. De 1964 a 1967, o governo Castelo Branco buscou afastar-se dos paradigmas de autonomia, de multilateralismo e de terceiro-mundismo que guiavam a Política Externa Independente.

A presidência da República sob a égide de Castelo Branco associou Forças Armadas e Itamaraty na formulação da política externa brasileira. De fato, a derrocada de Goulart teve o apoio de setores do Itamaraty que articulavam com o governo norte-americano, sendo uma das figuras brasileiras principais era o então embaixador nos EUA e futuro ministro das relações exteriores, Vasco Leitão da Cunha. A oposição ao novo regime dentro do MRE sofreu poucas baixas, essencialmente foram afastados aqueles que seguiam a linha autonomista da política externa.

Apesar do golpe e implantação de um novo regime de governo, a cultura política predominante na sociedade e na academia era de esquerda e no campo das relações exteriores pró-relações auto determinista dos povos afro-asiáticos. Em 1966 foi criado o Centro de Informação do Exterior - Itamaraty (CIEEX) que estabeleceu uma relação profunda com o Serviço Nacional de Informação (SNI) no que tange às informações dos chamados terroristas que estavam sendo monitorados no exterior. De 1966 a 1974, alguns opositores do regime foram para Angola com a finalidade de compor o corpo médico, militar e educacional na guerra contra Portugal.

Castelo e seu chanceler adotaram uma posição inicial de subserviência aos interesses estadunidenses e dos preceitos da bipolaridade da Guerra Fria. Amado Cervo disse que o Chanceler Vasco Leitão da Cunha simplificou esse universalismo do Brasil a dois objetivos externos: 1) recolocar o Brasil no quadro das relações prioritárias com o Ocidente; 2) ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil. Essa posição de subserviência ao qual afirmo diz respeito ao fim da lei que cotizava a remessa de lucros para o Exterior, liberalismo econômico/comercial, amparo ideológico anticomunista e acordo mútuo para evitar o avanço do comunismo no continente, vide de intervenção do Brasil/EUA em São Domingo. Soma-se a isto o auxílio militar do Brasil à Portugal no que tange a atuação de elementos revolucionários em províncias ultramarinas. Todavia, no campo comercial, Brasil e EUA se colocaram em lados opostos. O Brasil possui a maior infraestrutura industrial da América Latina, todavia seu mercado interno e externo era pouco desenvolvido.

Analisando a questão econômica do Brasil, é importante destacar a atuação de Roberto Campos no Ministério do Planejamento e de Octavio Gouvêa de Bulhões no Ministério da Fazenda. Ambos foram essenciais para o crescimento econômico e conservador do Brasil no

final da década de 1960. Neste período o Brasil cria o seu Banco Central, responsável pela emissão de papel moeda, amplia a atuação do BNDES responsável por investir na modernização da agroindústria e pela criação de estatais e criaram o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para barrar a inflação. Apesar desses avanços institucionais havia paradoxos na política econômica do governo brasileiro, como medidas liberalizantes no campo comercial atrasavam o pleno desenvolvimento nacional.

Após a saída de Castelo, a linha dura do regime assume o poder o General Costa e Silva (1967-69) e com ele a Diplomacia do Interesse Nacional ou da prosperidade. O milagre econômico iniciado no governo Costa e Silva retomou a questão desenvolvimento autônomo-nacional via cooperação internacional, acordos bilaterais no campo da transferência de tecnologia, da educação e militar. O Brasil passou a vender armamentos e veículos para Portugal em troca o Brasil estabeleceu começou a preparar as bases de exploração petrolífera em Cabinda e em Angola, literatura brasileira passou a ser estudado nas Universidades das províncias ultramarinas, auxílio do Brasil na fiscalização das atividades anticomunista na África portuguesa do Atlântico Sul etc.

Podemos destacar que 1968 foi um ano para o Brasil de recrudescimento e reconhecimento das atividades “terroristas”, ou melhor, guerra revolucionária contra as FFAA no Brasil. Havia uma necessidade política para termos um “milagre econômico” para abafar as vozes dissonantes. Era necessário conter a recessão econômica que vinha desde Goulart e que o governo Castelo Branco não tinha sido bem sucedido. A oposição civil estava aumentando. Muitos estudantes, acadêmicos e políticos historicamente de lados opostos do mundo da política se juntaram com a finalidade de proclamar o retorno dos civis ao poder executivo e da democracia no país.

Costa e Silva no que tange seu posicionamento quanto à África manteve a mesma postura que Castelo Branco – neutralismo no que tange aliança com países socialistas. Embora tivessem essa postura, o governo estudava como poderíamos atuar mais eficazmente no ponto de vista econômico-cultural com a África negra. Nesse tempo um paradoxo em nossa política externa se manteve: aliança com Portugal (por exemplo, negociações para a instalação da Petrobrás em Angola) e amadurecimento de acordos de expansão comercial com países recém-independentes.

É mister que compreendamos que apesar da ação camaleônica do Brasil no que dizia respeito à África portuguesa, a embaixada brasileira em Lisboa passava as informações atualizadas de toda movimentação revolucionária na África portuguesa, pois havia brasileiros envolvidos na causa independentista, principalmente estudantes. Neste período resgatou-se a ideia de fortalecimento e criação institucional de uma comunidade luso-brasileira. Digo resgate, pois este era um antigo projeto de Portugal do século XIX e meados do XX de criar um império braso-lusófono, todavia o elemento essencial que se manteve foi à língua portuguesa.

A acentuada luta armada contra a ditadura e com a morte de Costa e Silva, uma junta militar escolheu e empossou o General Médici na presidência da República. Segundo Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, o regime assumiu, então o seu formato mais autoritário, e derrotou seus adversários – para o que teve importância decisiva o então inesperado sucesso no campo econômico (EARP, 2003: 221). Porém, a crise do petróleo estremeceu a política do “milagre econômico”. Acrescenta-se também que durante o governo Presidente Emílio G.

Médici foi votado na ONU sanções contra o Apartheid sul-africano e resolução condenatória do colonialismo Português, dentre os quais o voto do Brasil foram de abstenção. A ambiguidade do Brasil no que concernia ao colonialismo lhe rendeu muitas críticas no cenário internacional.

As relações com a África tinham sido oficialmente inauguradas em 1960, porém, José Flávio Sombra Saraiva destacou que, a clara determinação em atingir os mercados africanos só adquiriu consistência a partir de meados da década de 1970, com o *milagre*, e na primeira crise do petróleo em 1973-74. O esforço brasileiro de diversificação das exportações, associado às restrições impostas pelo protecionismo das grandes economias mundiais, ajudou em muito a inclinação brasileira pelo comércio com os países africanos. (Saraiva, 2012: 46).

O Império português já dava sinais de abatimento em 1973/74. Em 1973, Portugal promoveu um Massacre em Moçambique no qual pereceram mais de 40 mil pessoas e em Angola a guerra civil já era um fato. A guerrilha cooptava a população. O guerrilheiro era visto como herói e a população ajudavam desde alimentação, estadia e esconderijo das armas. Reconquistar o território era preciso para os portugueses, mas, só isso não era suficiente. Fazia-se necessário conquistar mentes e corações em prol da causa portuguesa. A política de aldeamentos estratégicos foi utilizada para a proteção da população do ataque das guerrilhas, mas o medo e a fome reinavam na realidade colonial da África lusófona. Discordâncias políticas dentro do Conselho de Estado e das Forças Armadas encaminhava o país à ruptura institucional, acentuada crise econômica e para uma possível guerra civil/Estado de anomia.

Em Angola e em Moçambique, o governo português começou a estabelecer um tom mais conciliador com as forças de libertação nacional. Setores civis e das forças armadas influenciadas pelas doutrinas socialistas lutavam pela liberdade. A insatisfação nas FFAA dizia respeito fundamentalmente à guerra ultramar que onerava o erário público e não havia mais sentido manter àquelas possessões devido ao isolamento internacional que o país se encontrava. Em Abril de 1974, um golpe de Estado, chamado de Revolução dos Cravos, foi aplicado pelas FFAA que derrubou o governo de Marcelo Caetano. A repercussão da queda da ditadura em Portugal no Brasil foi visto como incentivo para a permanência da luta pela democracia. Em tom conciliatório, o Presidente Geisel suspende o AI - 5 e inicia a abertura lenta, gradual e segura para a democracia.

O argumento de manutenção de possessões na África para barrar socialismo já não cabia mais. A instabilidade política e iminência de guerra civil pairavam sob as terras lusitanas. O projeto socialista de Mário Soares abriu o caminho para o diálogo nas colônias. A independência estava próxima. Em setembro de 1974, a PAIGC declara a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em seguida Moçambique e Angola em 1975 com auxílio Cubano-Soviético.

Influenciado pela percepção geopolítica de Golbery do Couto e Silva e de Azeredo da Silveira, inaugurava-se a fase da política externa brasileira do governo Geisel chamada de Pragmatismo Responsável e Ecumênico. Vendo o inevitável caminho independentista das colônias portuguesas na África, o Brasil tornou-se o primeiro a reconhecer a Independência de Angola e de Moçambique. Todavia, esse reconhecimento foi encarado com muita desconfiança por Moçambique. Em Angola, o processo histórico foi outro devido à presença de capitais brasileiros atuando no território desde os anos 1960.

Jerry Dávila, ao tratar desse processo de reconhecimento da Independência de Moçambique frisou que:

Naquele país, o movimento marxista FRELIMO tinha uma hostilidade especial pelo Brasil em virtude do seu desinteresse em apoiar o país em seus anos de luta. À medida que ia se aproximando a data da declaração da independência (julho de 1975), o Itamaraty enviou um diplomata, Ovídio Melo, para encontrar-se com o Ministro das Relações Exteriores da FRELIMO e oferecer ajuda ao novo governo, providenciando o reconhecimento da independência moçambicano. Marcelino dos Santos rejeitou a oferta brasileira. O governo do novo Moçambique recusou-se a aceitar a presença de uma delegação brasileira nas cerimônias da independência. Recusou também a oferta de ajuda brasileira. E se recusou a estabelecer relações diplomáticas entre si.

(DÁVILA, 2011: 229)

Apesar deste breve ressentimento, em 1976, a embaixada brasileira em Maputo já estava em funcionamento e articulava projetos de cooperação econômica entre os países. No caso de Angola, foi assinado o Tratado de Alvor em janeiro de 1975 para o reconhecimento da Independência. Os atores políticos eram o governo português e as três facções políticas de Angola: a UNITA (de Jonas Savimbi, foi fundada em 1966), o MPLA (de Agostinho Neto, foi fundada em 1956) e o FNLA (de Holden Roberto, foi fundada em 1962). Os portugueses desejavam que ocorressem eleições para que legitimasse o novo governo independente, mas isto não aconteceu. A guerra civil ganhou as cores da Guerra Fria, pois os movimentos recebiam investimentos dos EUA, URSS, CUBA e CHINA. Processo semelhante ocorreu em Moçambique, todavia a FRELIMO se consolidou como a força política em meio à guerra civil.

Com a Independência e Guerra Civil em Angola e Moçambique, os quadros de funcionários capacitados (fundamentalmente brancos europeus) saem desses países. Consequentemente, um forte déficit na economia, na saúde e na educação se tornou visíveis. Um afro-stalinismo foi implantado nestes países. Assassínatos sem explicação e fragilidade institucional afastaram durante muito tempo os capitais estrangeiros. A presença soviética - cubana se fazia sentir até à década de 1990, pois estes através de acordos de cooperação enviaram armamentos, médicos e professores para estes países. No caso de Angola, a guerra civil durou de 1961 a 2002. A guerra civil em Moçambique durou de 1960 a 1992 através de um acordo geral de Paz.

A guerra civil em Angola debilitou a infraestrutura do país. Solival Menezes destacou três fatores macroeconômicos básicos que explicam a dificuldade de soerguimento econômico angolano. O primeiro, a guerra que governo teve que enfrentar contra guerrilheiros da UNITA e contra invasões da África do Sul; Segundo, os problemas decorrentes dos colonos portugueses e dos angolanos preparados no período de transição para libertação; terceiro, a inadequação das políticas e da gestão econômica. Essas dificuldades foram parcialmente compensadas pelo setor petrolífero, porém a queda dos preços internacionais do petróleo, a partir de 1985, agravou a crise econômica (Menezes, 1999: 278-9). A instabilidade político-econômica dos anos 1980 e 1990 em Angola dificultaram um maior investimento e aprofundamento em cooperação do Brasil naquele país, apesar do estreitamento das relações

via encontros de países de língua portuguesa e viagens presidenciais angolanas na década de 1990 ao Brasil.

Outrora, na década de 1960/70, essa região ultramarina foi a que mais recebeu investimentos por parte de Portugal. Ainda que guerra civil assolasse o país, a política externa do MPLA foi de estabelecer convênios com as instituições públicas e privadas brasileiras, principalmente no campo da educação, saúde, construção civil e agricultura. A Guerra Civil em Moçambique se comparado a Angola, manteve alguma infraestrutura no país, sendo o principal Estado que tem mais acordos de cooperação para o desenvolvimento com o Brasil – essencialmente a partir de 1976.

Em 1980, o Brasil estabeleceu acordos de cooperação econômica, científica e técnica com Angola e Moçambique, apesar do Brasil fracasso econômico herdado da década anterior. Mas na perspectiva política foi o tempo do renascimento da democracia, do desembarço paradigmático da Guerra Fria e da luta pela participação autônoma do Brasil em Fóruns multilaterais. Isso permitiu que o Brasil rompesse com algumas barreiras internacionais que limitavam o comércio brasileiro. Flávio Mendes de Oliveira Castro ao falar da gestão Olavo E. Setúbal no Itamaraty apresentou a orientação geral da Política Externa Brasileira traçada pelo Governo Sarney, da qual destacaremos três pontos:

Primeiro, a criação de uma nova ordem econômica internacional, com destaque para a solução do endividamento exterior dos países do Terceiro Mundo (grifo meu, o processo de desagregação da URSS abriu o mundo para o multilateralismo e questionamento de qualquer ordenamento econômico-jurídico da sociedade internacional). Segundo, incremento das relações com a África e repúdio ao Apartheid Sul-africano. E, Terceiro, maior cooperação com os países de economia planejada (grifo meu, vide o caso de Angola e de Moçambique).

(Castro, 2009: 65)

De 1975 a 1989 foi o período de amadurecimento dos acordos firmados pelo Brasil com Angola e com Moçambique. Soma-se a essa conjuntura de cooperação, a participação da China, a principal potência que investe em Angola e Moçambique. Em 1986, o governo Sarney promoveu ações de fortalecimento do relacionamento com os PALOP – “a metamorfose luso-afro-brasileira do mundo lusófono”. No primeiro encontro dos chefes de Estado de língua Portuguesa (1989) no Maranhão, [Angola](#), [Brasil](#), [Cabo Verde](#), [Guiné-Bissau](#), [Moçambique](#), [Portugal](#) e [São Tomé e Príncipe](#), decidiram criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. A partir desse momento, o sonho bicentenário de uma comunidade luso-afro-brasileiro integrado começava a se concretizar. A organização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) corresponderia a Commonwealth anglófila.

5- O renascimento da Democracia no Brasil e a institucionalização do novo “império Braso-lusófono” – A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)

Desaceleração da economia, protestos contra o cerceamento da liberdade política, insuflação do espírito democrático e greves foram algumas marcas do processo de transição para o novo regime político no Brasil. Concomitantemente no horizonte da política exterior, os pilares do novo Império Braso-lusófono começaram a ser desenhados essencialmente pelo Brasil e por Portugal – ator essencial na consolidação da Comunidade dos Países de Língua Oficial

Portuguesa e o principal interessado na formação deste fórum multilateral devido à necessidade intrínseca de fortalecimento de sua economia.

O conceito de Império adotado parte do princípio de cooptação político-econômico das autoridades locais por grupos econômicos internacionais e a influência de Estados-nação na ajuda para o desenvolvimento e no estabelecimento de uma cooperação Sul-Sul desigual. Os instrumentos utilizados são: o uso da língua portuguesa, da identificação étnica negra e da religiosidade afro-brasileira e a cristã – principalmente protestante. Não se pode negar que a presença chinesa em Angola e em Moçambique. No caso do último, pode-se acrescentar a presença da África do Sul. Culturalmente a presença do Brasil é relevante, entretanto no que diz respeito a exportações de produtos, precisa-se definir melhor os interesses do governo brasileiro.

Os anos noventa foram marcados por crises econômicas e sociais no Brasil, em Angola e Moçambique. A recessão econômica brasileira tem origem nos dois choques do petróleo da década de 1970 associadas a uma política desenvolvimentista e de substituição de importações que se esgotaram no último quartel do século XX devido aos reflexos da crise econômica internacional. Porém no caso, dos dois últimos países, a Guerra Civil foi responsável pela estagnação econômica. Do ponto de vista político, Brasil, Angola (Acordo de Paz de Bicesse de 1992) e Moçambique (Acordo Geral de Paz de 1992) estavam em transição de regimes políticos autoritários para regimes democráticos ou semidemocráticos (os dois últimos). Como consequência da transição, ocorreram processos de liberalização política e econômica que trouxeram para arena política o multipartidarismo nos referidos países além do neoliberalismo que visava “modernizar” a economia de cada país.

A instabilidade monetária cerceava a expansão de direitos e o efetivo cumprimento do texto constitucional nos três países ao longo da década de 1990. A administração Itamar Franco no Brasil foi o único momento no nível federal de resgate do nacional-desenvolvimentismo e de tentativa de resguardar direitos sociais na década de 1990. Porém, constitui a exceção do período. Em Angola e em Moçambique, países socialistas, as políticas neoliberais incentivaram a proteção da propriedade privada individual em meio à destruição da propriedade coletiva das tribos, a manutenção da paz como pré-requisito para a ampliação da entrada de capital internacional para recuperar a infraestrutura e a economia dos países pós-guerra civil e a criação de regulamentos para mercado de câmbios.

Nesse processo de busca por democracia e de desenvolvimento econômico, novos atores políticos se destacaram: os movimentos sociais e/ou sociedade civil brasileira passaram a exercer moderada participação na formulação da agenda política do país na década de 1990 e na década seguinte ocorreu um aumento progressivo. Com a abertura política, a formulação da agenda do país não se encontra restrita aos governos e aos partidos políticos, sendo assim, uma nova relação entre eleitor/cidadão e governo/partidos se estabeleceu.

A atuação do Embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira durante o governo Itamar Franco foi essencial para criação institucional da CPLP em 1996. Fernando Henrique Cardoso ao discursar na abertura da Reunião de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa disse:

“Queremos construir uma Comunidade em sentido pleno, inspirada no valor da igualdade, afastada de articulações hegemônicas, dedicada a um trabalho harmonioso de cooperação - uma Comunidade que, em suas deliberações, honre nosso espírito democrático”.

Esse é o sentido da participação brasileira no MERCOSUL, por exemplo, ou de que Angola e Moçambique sejam partes da SADC, ou de que Portugal pertença à União Europeia. Esse é o sentido de que Brasil e Portugal formem parte da Comunidade Ibero-Americana. E esse é o

sentido de que os Sete, apoiados nessa comunhão linguística que nos torna um núcleo particular, estabelecemos uma comunidade política de países, diferentes, é certo, mas com muitos interesses compartilhados, com um grande potencial de ampliar a nossa voz e de melhorar a qualidade da cooperação que bilateralmente nos oferecemos uns aos outros”. (CARDOSO, 1996).

A retórica do governo brasileiro projeta o país no continente africano de forma não de forma agressiva e resgata o ideal de espírito democrático do Brasil, entretanto, a implementação e atuação das instituições governamentais brasileiras não promovem necessariamente a justiça social naqueles países e são negligentes com o meio ambiente. A cooperação na agricultura pode ser interpretada como devastação do meio ambiente – grandes latifúndios com produções voltadas para o mercado externo. Não existe cooperação desinteressada.

Os africanos conhecem o Brasil através da mídia, mas os brasileiros não conhecem Angola ou Moçambique. Essa presença brasileira se dá através das novelas, das igrejas brasileiras que estabeleceram “missões” para evangelizar esses povos e de projetos de cooperação técnica, educacional, em saúde e principalmente, no campo da agricultura. O Brasil é visto pelos angolanos e moçambicanos como a ex-colônia que prosperou – um modelo de desenvolvimento econômico e social. Sob os signos de democracia, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, paz e justiça social, essas nações se uniram para promoverem o progresso e a manutenção dos laços inquebráveis da lusofonia.

Se por um lado ocorreram avanços e/ou retrocessos na construção desse fórum multilateral do mundo lusófono nos anos 1990, por outro, Brasil, Angola e Moçambique amargavam crises econômicas. Ao longo deste tempo, a doutrina neoliberal prejudicou a estrutura econômica do Brasil, de Angola e de Moçambique. Inflação, déficit na balança comercial, forte disciplina fiscal e privatizações de instituições estratégicas para o desenvolvimento nacional, essas foram às consequências da prescrição feita pelo FMI e pelo Banco Mundial.

No auge da crise econômica na segunda metade da década de 1990, o conceito retrógrado de “vocalização agrária do Brasil” foi resgatado pela bancada ruralista no Congresso Nacional. A luta pela terra foi sobrepujada pelos interesses econômicos, sobretudo, do agronegócio. O Movimento sem terra (MST) assim como as Ligas Camponesas de Francisco Julião nos anos 1950/60 foram combatidas pelo governo. Na região de Eldorado dos Carajás - Pará (1996) a polícia foi acionada para restabelecer a ordem pública. Durante o processo de “pacificação”, 17 integrantes do MST foram mortos e várias pessoas ficaram feridas. O domínio da terra se deu pelo uso do monopólio não legítimo da força repressora do Estado.

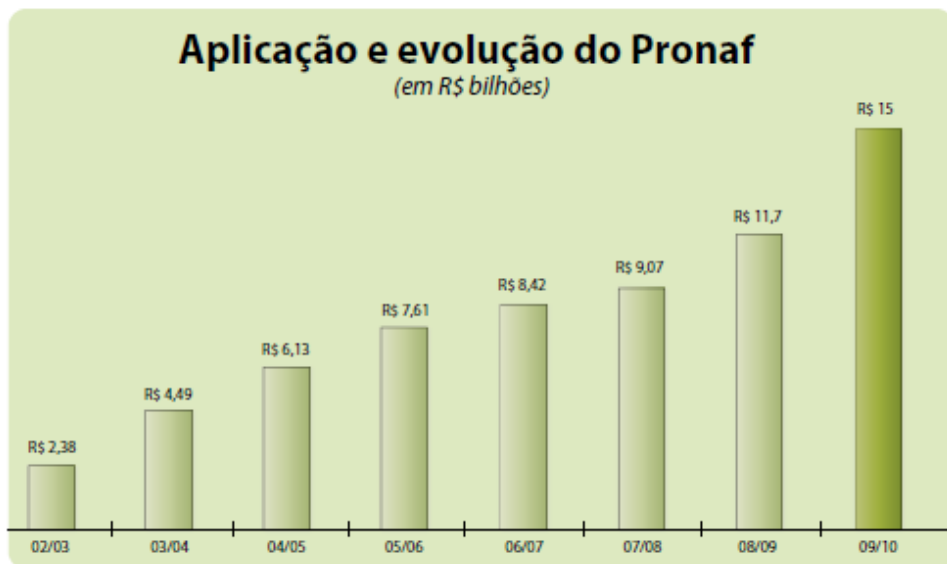
A Era Fernando Henrique Cardoso pôs fim ao nacional-desenvolvimentismo no Brasil que teve início na década de 1930 e era caracterizada pela defesa da industrialização para superar o subdesenvolvimento e pelo planejamento, investimento e execução do progresso nacional pelo Estado. Nos anos 1950 e 1960, o ideal desenvolvimentista teve como suporte ideológico o ISEB e a CEPAL. Pode-se dizer que em meados da década de 1990 e início dos anos 2000 foi marcado pelo alto endividamento e “quase extinção” dos médios e pequenos agricultores. Em meados do segundo mandato de FHC, o Governo Federal conseguiu estabilizar a moeda e preparou o arcabouço para o retorno ao desenvolvimento e da competitividade comercial do país na Era Lula da Silva.

6 - A Era Lula da Silva e a projeção pragmática do Brasil em África

A vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 para a Presidência da República representou para os diversos movimentos sociais a esperança de mudança das realidades social e econômica no Brasil, como, por exemplo, o discurso de combate à fome baseado na valorização da agricultura familiar, na implementação de bolsas sociais e na ampliação do acesso ao crédito às classes sociais C e D. No âmbito internacional, as relações com o continente africano se tornou uma das prioridades na agenda internacional do Brasil. O país tornou-se um *global player*, pois o mesmo se coloca como um importante interlocutor dos países subdesenvolvidos nos fóruns multilaterais. Contudo, o discurso dramático sobre os graves problemas sociais e econômicos que envolvem o Brasil e os demais países em desenvolvimento apresentam distorções sobre a efetividade e eficácia das ações brasileiras no exterior.

O presidente havia visitado 17 países africanos, recebido 15 líderes no período de 2003 a 2006 e aberto ou reativado 12 embaixadas brasileiras. Entretanto, os discursos presidenciais e a ação política para o desenvolvimento daquele continente eram diacrônicos. Isso se deve aos entraves da administração pública para implementação da agenda de políticas públicas. O fato é que durante a primeira gestão Lula da Silva, o Itamaraty, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e outros órgãos públicos federais estabeleceram contatos e fizeram estudos potenciais para a “nova geopolítica comercial” brasileira, ou seja, fizeram essencialmente política. Celso Amorim, em 2006 na aula inaugural para a Turma 2006-08 do IRBr, disse que *“tudo que se faz no Itamaraty é e deve ser político”* (Amorim, 2011: 71).

O Governo brasileiro se voltou para as “Áfricas” amparado por grupos econômicos, seja da construção civil e/ou do agronegócio, que se utilizaram da exportação de políticas públicas para fins privados e para internacionalizar o capital brasileiro. No plano das relações domésticas, grande parte dos movimentos sociais de luta pela terra e o agronegócio foram tutelados pelo Estado. A aliança PT-PMDB e outros partidos permitiu a governabilidade, o estabelecimento de uma agenda pública diversificada e devido à coalizão política priorizou-se concessões ao agronegócio em detrimento da população sem terra. Por outro lado, houve um crescimento exponencial de investimento federal para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no período de 2002 a 2010.



Fonte: MDA.

O Novo desenvolvimentismo brasileiro foi impulsionado pela implantação de Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) na segunda gestão do governo petista, que, privilegiou projetos de infraestrutura social e energética. Na dimensão da cooperação sul-sul, o Brasil

exportou políticas públicas para o continente africano. Em Angola, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolveu via EMATER a capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos e Apoio à Formação Profissional Rural Promoção Social. No caso de Moçambique, a ABC através da EMBRAPA e com auxílio da França (CIRAD) promoveu a Capacitação Técnica de Moçambicanos em agricultura de Conservação e o com apoio dos EUA (USAID) a ABC realizou o Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária.

A atual relação entre Brasil, Angola e Moçambique inova ao reforçar o pilar da chamada “**cooperação técnica e ajuda para o desenvolvimento**”, que envolve, além da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), outros atores estatais brasileiros, como a FIOCRUZ, a EMBRAPA, o SENAI e alguns ministérios como o MDS e o MDA. Isso implica a “internacionalização” de instituições brasileiras para além do campo econômico ou de política externa. Durante o governo Lula, o Brasil passou de receptor para ser um doador de ajuda internacional. (Fontes; Garcia; Kato, 2012:13).

A cooperação brasileira com Angola e com Moçambique é uma política coerente e realista com as necessidades técnicas e sociais daqueles países africanos. Apesar disso, a formulação da agenda do país no exterior e o processo de tomada de decisão ficou restrita a Diplomacia presidencial de Lula da Silva, ao Ministério das Relações Exteriores, outros ministérios e ao empresariado com apoio político dos governos receptores da ajuda ao desenvolvimento. O alijamento da sociedade civil nacional sobre a atuação de empresas públicas e privadas transnacionais e, principalmente, chinesas em alguns setores como agricultura e mineração no continente africano, conduz grande parte dos cidadãos brasileiros a acreditarem que a política externa brasileira não tem gerado atritos sociais com as populações angolanas e moçambicanas. A máscara do império brasileiro se consolidada através da exportação da cultura brasileira via mídia e dos acordos de cooperação em diversas áreas e através visando o acesso da abundância de recursos naturais africanas.

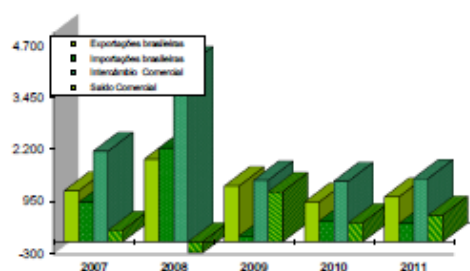
A interação cultural e comercial com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) através da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) abriu as portas comerciais do Brasil com o continente africano. Entretanto, o fluxo comercial é baixo se comparado com a presença econômica chinesa. Após, os contatos políticos - econômicos feitos ao longo da primeira gestão do Presidente Lula, podemos perceber um crescimento exponencial das exportações brasileiras para Angola e para Moçambique. Vejamos os dados das tabelas:

BRASIL-ANGOLA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (Jan-set)	2012 (Jan-set)
Exportações brasileiras	1.218	1.975	1.333	947	1.074	730	791
Variação em relação ao ano anterior	45,4%	62,2%	-32,5%	-28,9%	13,4%	8,7%	8,4%
Importações brasileiras	946	2.236	138	494	438	312	46
Variação em relação ao ano anterior	105,9%	136,3%	-93,8%	258,9%	-11,4%	-9,5%	-85,3%
Intercâmbio Comercial	2.164	4.211	1.471	1.442	1.512	1.041	837
Variação em relação ao ano anterior	66,8%	94,6%	-65,1%	-2,0%	4,9%	2,6%	-19,6%
Saldo Comercial	272	-261	1.155	453	636	418	745

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDV/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro, Angola figurou como o 47º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo, cerca de 30%, sobretudo, pela diminuição das importações brasileiras, que registraram déficit de 54% no período sob análise. As exportações apresentaram viés semelhante e recuaram 12%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio analisado, registrou superávit de US\$ 636 milhões em 2011.



Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

Fonte: MRE – DPR. Outubro de 2012.

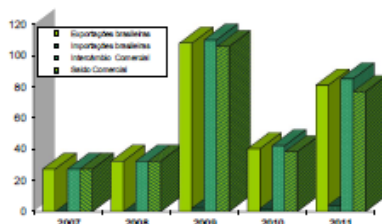
No período de 2007 a 2010, Angola importou mais do que exportou para o Brasil. A balança comercial negativa em 2009 deve-se aos reflexos do estouro da bolha econômica imobiliária dos EUA iniciado em meados de 2007 e com auge em 2008 e a instabilidade política do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) diante das ameaças da oposição a governabilidade do país. A consequência da crise capitalista estadunidense que refletiu no mercado mundial foi à diminuição do poder de compra do comércio angolano e a alta valorização cambial brasileira. O Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento e da manutenção de políticas sociais conseguiram temporariamente combater a inflação. Em 2009, o Banco Central do Brasil divulgou a informação que o país conseguiu estabelecer uma taxa de juros ao ano na faixa de 5,3%, o menor desde o início da Era Lula da Silva.

BRASIL-MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (Jan-jul)	2012 (Jan-jul)
Exportações brasileiras	27	32	108	40	81	45	44
Varição em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	233,8%	-62,7%	101,1%	124,7%	-1,1%
Importações brasileiras	0,0	0,0	2,1	2,0	4,1	0,02	0,80
Varição em relação ao ano anterior	-100,0%	53954,1%	106000,0%	-5,7%	104,5%	-99,0%	3920,0%
Intercâmbio Comercial	27	32	110	42	85	45	45
Varição em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	240,4%	-61,6%	101,2%	104,3%	0,6%
Saldo Comercial	27	32	106	38	77	45	44

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MIOCOM/CEV/Comex.

Moçambique foi o 113º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 212%, passando de US\$ 27 milhões para US\$ 85 milhões. A participação de Moçambique no comércio exterior brasileiro foi de 0,02% em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, apresentou superávit de US\$ 77 milhões.



Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

Fonte: MRE – DPR. Agosto de 2012.

O ano de 2009, nas relações comerciais Brasil-Moçambique, foi o ápice do intercâmbio se comparado aos dois anos anteriores. Os cinco encontros presidenciais de Lula da Silva (Brasil) com o Presidente Armando Guebuza (Moçambique) tornou aquele país africano em um parceiro estratégico na cooperação Sul-Sul. Os acordos em negociação da EMBRAPA com o Ministério da Agricultura moçambicana tem produzido uma transformação verde, recuperação parcial e desmatamento das savanas com o estabelecimento de latifúndios para a exportação de grãos. O governo brasileiro enviou em julho de 2009, uma Missão composta por burocratas e empresários para Moçambique para discutir a extensão de financiamentos, no montante inicial de US\$ 300 milhões para novos projetos a serem implementados e desenvolvidos por empresas brasileiras (O montante informado esta contido no Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado do presidente de Moçambique, Armando Guebuza, em 21-07-2009).

Garcia, Kato e Fontes destacaram no relatório do PACS que no campo agrícola, as políticas de cooperação se confundem, em muitos casos, com os fluxos de investimentos e os financiamentos públicos de apoio à internacionalização de empresas brasileiras. O aumento da produção de etanol, além de conformar um mercado mundial para o combustível, abre uma grande oportunidade para o Brasil de transferência tecnologia (por meio de seus órgãos governamentais e empresas) com o fortalecimento da demanda por máquinas e equipamentos para a sua produção. Ademais, apresenta um discurso que localiza a produção de biocombustíveis como uma política de cooperação que permite o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o desenvolvimento rural. Com esse pretexto, a Petrobras iniciou cooperação em biocombustíveis em Moçambique e Angola. O “ProSavana”, em particular o desenho de um Plano Diretor para o Desenvolvimento da Agricultura para o Corredor de Nacala (capitanado pela Embrapa em cooperação com a JICA), se articula com

grandes obras de infraestrutura num complexo mina-ferrovia-porto/aeroporto, conduzido pela Vale.

(FONTES; GARCIA; KATO, 2012)

Para proteger os interesses do governo e, principalmente, do empresariado brasileiro, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ofereceu treinamento a militares moçambicanos na área de Missão de Paz. Moçambique possui grandes quantidades de recursos naturais, como, por exemplo, minérios e terra de boa qualidade para o plantio. Entretanto, constantes ameaças de turbulências sociais são presentes na conjuntura política moçambicana. O país ocupa 184º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dos 187 lugares do ranking. Diante do problema da fome do povo moçambicano, o governo Lula da Silva, através da Agência Brasileira de Cooperação e da EMBRAPA, negociou apoio técnico com a agência de cooperação dos EUA (USAID) e com o governo de Moçambique, a implantação de programas de nutrição e segurança alimentar. O projeto tem por objetivo desenvolver técnicas de produção agrícola, processamento de alimentos, distribuição para a população e transferir tecnologia para que consigam alcançar a autossuficiência de produção. Entretanto, devido a problemas de administração dos recursos por parte do governo de Moçambique e a instabilidade política local, pequenas parcelas da população serão beneficiadas pelo programa.

7 - Considerações Finais

A política externa africanista do Brasil em Angola e em Moçambique foi inaugurada no período do governo Jânio Quadros e João Goulart no início da década de 1960. O objetivo dessa aproximação histórica era procurar modelos de desenvolvimento econômico e social e reestabelecer a interação e empréstimos culturais. Nos primeiros dez anos da Ditadura Militar no Brasil, o governo se apartou temporariamente do discurso terceiro-mundista devido à expansão do socialismo soviético, do cubano e do chinês pelo mundo africano. O Ministério das Relações Exteriores, no interregno de 1967 a 1975, reconhecia o direito de autodeterminação dos povos afro-asiáticos. Entretanto, o país tinha um posicionamento dúbio no que dizia respeito à independência de Angola e de Moçambique. Essa atitude do governo brasileiro deve-se ao Tratado de Amizade e Consulta com Portugal (1953) no qual o Brasil mantinha o compromisso de não reconhecer a independências dos domínios portugueses na África.

O resgate do paradigma universalista da política externa brasileira na diplomacia do Pragmatismo Responsável e Ecumênico na Era Geisel e com a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) que pôs fim ao regime salazarista teve como consequência prática para as relações Brasil-África, o reconhecimento das Independências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A partir de 1975, a diplomacia brasileira com apoio do empresariado nacional desenvolveu estudos e estabeleceu acordos de cooperação técnica com os Governos de Angola e de Moçambique, em diferentes áreas como agricultura, saúde e educação. Entretanto, as guerras civis do pós-independência nesses países africanos e a recessão econômica dos anos 1980 desarticularam temporariamente a implementação de projetos de ajuda para o desenvolvimento.

A criação do Fórum multilateral Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) foi uma importante etapa na construção de um posicionamento de autonomia e liderança do Brasil no cenário geopolítico e econômico do pós- Guerra Fria no continente africano - principalmente no governo Lula da Silva. A cooperação brasileira no âmbito da agricultura em Angola e em Moçambique nos anos dois mil por um lado buscou promover o

desenvolvimento daquelas nações, mas, por outro lado, esconde a pretensão do empresariado brasileiro em dominar as riquezas naturais alheias. O Governo brasileiro se coadunou com o empresariado brasileiro e com os governos locais que em nome do “desenvolvimento”. Esses atores negligenciam os direitos dos cidadãos a terra em prol de interesses econômicos e atenuam parcialmente os problemas sociais e econômicos daquelas nações africanas. O futuro de Angola e de Moçambique tende ao reavivamento de conflitos sociais, caso as explorações dos recursos naturais e as riquezas econômicas nelas contidos, não sejam redistribuídos entre a sociedade. O artigo buscou sistematizar a construção histórica da Política Externa Brasileira africanista no “*Novo Império Brasileiro de Língua Portuguesa*”, buscando elementos da política doméstica que expliquem a atuação do país no campo da cooperação sul-sul com Angola e Moçambique.

Fontes e referências bibliográficas:

AMORIM, Celso. *Conversas com Jovens Diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso do Presidente da República*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1995 – 2002.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)* / Flávio Mendes de Oliveira Castro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I e II.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. 2º reimpressão – Brasília: Editora UnB, 2010.

DANTAS, Raymundo Souza. *África Difícil*. Rio de Janeiro: Editora Lê, 1965.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. Copyright desta edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FILHO, Afonso Arinos. *Diplomacia Independente – Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FONTES, Camila; GARCIA, Ana Saggioro; KATO, Karina. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. Rio de Janeiro: PACS, 2012.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Recife: Editora Realizações, Fundação Gilberto Freyre, copyright 2010.

GONÇALVES, Williams. *As relações luso-brasileiras nos anos 1950. As Relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos Editores LDA./ CEPESE 1.ª Edição – 2010.

HURRELL, Andrew. *Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para as potências emergentes? Os Brics e a Ordem Global*. Andrew Hurrell... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MENEZES, Solival. Mamma Angola [sociedade e economia de um país nascente](#). Prefácio de Paul Singer. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, e Fábio Sá. Org. Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro IV, 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Imprensa e política africana no Brasil: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

RIZZI, Kamilla R. Brasil-Angola: estabelecimento das relações e início da política africana do Brasil(1975-1990). Revista África e Africanidades– Ano 10 – n.10, agosto, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA): Um amplo movimento: Relação Brasil – Angola (1960-75). São Paulo: PUC-SP, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso do Presidente da República. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2003-10.